



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL**

PORTARIA PR/RS Nº 191, DE 12 DE ABRIL DE 2016

Revoga a Portaria PRRS n. 106, de 5 fev. 2015.

Designar, no âmbito de atuação da PR/RS, a Comissão para avaliação de bens patrimoniais e material de consumo passíveis de baixa e alienação, bem como de bens a serem incorporados ao patrimônio ou almoxarifado.

A PROCURADORA-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, designada pela Portaria PGR nº 786, de 29 de setembro de 2015, no exercício de suas atribuições legais de acordo com a competência estabelecida no Regimento Interno do Ministério Público Federal (Portaria PGR nº 357/2015), e em atendimento ao disposto nas Leis nº 8.666/93 e 10.520/02, e ainda considerando a Portaria SG/MPF nº 110, de 6 de fevereiro de 2015, publicada no Boletim de Serviço do MPF nº 26, de 6 de fevereiro de 2015, e suas alterações na Portaria SG/MPF nº 368, de 27 de abril de 2015, publicada no Boletim de Serviço do MPF nº 76, de 28 de abril de 2015, resolve:

Art. 1º Designar os servidores, WAGNER FERREIRA VALLES matrícula 16813, ALEXANDRE MEINHARDT, matrícula 21503, MAURO ALBERTI MINOR, matrícula 15668 e RODRIGO MONTEIRO DE SOUZA, matrícula 26842, Técnicos do MPU, sob a presidência do primeiro, para constituírem a Comissão para avaliação de bens patrimoniais e material de consumo passíveis de baixa e alienação desta unidade, bem como de bens a serem incorporados ao patrimônio ou almoxarifado, pelo prazo de 1 (um) ano, a contar desta data.

Art. 2º Determinar que nos impedimentos do presidente, este será substituído pelo servidor ALEXANDRE MEINHARDT.



Ministério Público Federal

Art. 3º Definir que a comissão funcionará com a presença mínima de 3 (três) membros.

Art. 4º Revogar a Portaria PR/RS nº 106, de 05 de fevereiro de 2015, publicada no DMPF-e, de 06 de fevereiro de 2015, página 39.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 6º Publique-se no próximo Boletim de Serviço do MPF, devendo a respectiva publicação ser futuramente anexada ao original arquivado.

PATRÍCIA NÚÑEZ WEBER

Publicada no DMPF-e, Brasília, DF, 14 abr. 2016. Caderno Administrativo, p. 26.

Ministério Público Federal
